

O dispositivo da cultura escrita na constituição do sujeito infantil moderno: evidências em impressos portugueses (finais do século XVII e século XVIII)

The culture device written in the constitution of the modern child subject: evidence in Portuguese printed, (late 17th and 18th century)

Fernando Cezar Ripe

Universidade Federal de Pelotas
fernandoripe@yahoo.com.br

Giana Lange Do Amaral

Universidade Federal de Pelotas
gianalangedoamaral@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar um conjunto de obras que foram publicadas e/ou traduzidas em Portugal entre o final do século XVII e o século XVIII, que versaram sobre os cuidados relativos à infância. Tais produções impressas foram aqui tomadas como tecnologias da subjetividade e, portanto, operaram efetivamente no processo de constituição do sujeito infantil moderno. A partir de uma perspectiva histórica e filosófica caracterizamos a *modernidade* como sendo condição de possibilidade para a proliferação discursiva sobre a infância. Para uma melhor sistematização das obras, constituímos seis unidades tipológicas, quais sejam: as que enunciam os cuidados que se deveriam ter para com o corpo do sujeito infantil, da sua nutrição, dos bons costumes, das morais que se deveriam edificar, da manutenção das virtudes cristãs e, por último, dos relativos aos processos educativos.

Palavras-chave: Sujeito; Infância; Modernidade; Cultura Escrita.

Abstract: This article aims to present a set of works that were published and/or translated in Portugal, at the end of the seventeenth century and all the eighteenth, which dealt with the care of children. Such printed productions were here taken as technologies of subjectivity and, therefore, operated effectively in the process of constitution of the modern child subject. From a historical and philosophical perspective, we characterize modernity as being a condition of possibility for the discursive proliferation over childhood. For a better systematization of the works, we have constituted six typological units, which are: those that state the care that should be taken with the child's body, its nutrition, good habits, morals to be built, the maintenance of the virtues Christian and, finally, those relating to educational processes.

Keywords: Subject; Childhood; Modernity; Writing Culture.

Artigo recebido para publicação em: Outubro de 2016

Artigo aprovado para publicação em: Janeiro de 2017

Introdução

A compreensão de sujeito moderno como ser consciente e reflexivo se deve, sobretudo, à dinâmica dos modos de entender este sujeito, verificável na moderna sociedade europeia, entre os finais do século XVI e o decorrer do século XVIII, e aprofundada significativamente nos séculos subsequentes. Para Michel Foucault, o sujeito moderno foi produto da existência de um poder disciplinar que modelou e conformou sua população através de técnicas e mecanismos de governo.¹ De acordo com essa genealogia foucaultiana, a pesquisadora em Educação Maria Isabel Bujes identificou a variabilidade dos espaços produtores dos saberes que definiram este sujeito moderno. Para a autora, a

[...] ideia do humano é produto de um processo muito complexo de definição, ela se deve à conjugação de interesses vindos de muitos lugares dispersos pela sociedade e se apoia numa extensa e convergente produção de saberes que se origina em lugares variados do campo do saber.²

Foi essa convergência de saberes que possibilitou ao pensador francês Michel Foucault colocar o sujeito em lugar central de definição. Para o autor, a “aparição de novas formas na vontade de verdade” foi o elemento que possibilitou a emergência do surgimento de todo um complexo sistema de instituições de segurança e controle. Tais instituições modernas se utilizaram de um conjunto de práticas validadas por um sistema de saberes, que exerciam “uma vontade de saber que prescrevia o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis”.³ Portanto, é a partir de uma associação de saberes institucionalizados que o sujeito infantil moderno se constituiu “como produto de continuado e complexo processo de definição”.⁴ Ainda para o historiador em Educação José Carlos Souza Araújo, os saberes que se estruturaram sobre a individualidade da criança, sobre sua formação e sobre as potencialidades de desenvolvimento, tanto da criança como da própria humanidade, revelam o vínculo entre a infância e a Modernidade.⁵

Nessa perspectiva, observamos que foi somente com a modernidade que a população se tornou objeto tanto de interesse de diferentes campos do saber como de gerenciamento do

¹ Para Lisete Bampi a noção foucaultina de governamentalidade sinaliza para a distinção entre as mentalidades particulares, das artes e dos regimes de governo que emergiram no início da Europa moderna. Esta noção está relacionada com as formas como o governo de Estado gerencia a população, ainda que também se refira à forma como nos governamos e somos governados. BAMPÍ, Lisete. Governo, subjetivação e resistência em Foucault. *Educação & Realidade*, v. 27, jan/jul., n. 1, p.127-150, 2007, p. 127.

² BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Governando a subjetividade: a constituição do sujeito infantil no RCN/EI. *Pro-Posições* (Unicamp), Campinas (SP), v. 13, p. 163-175, 2002, p. 03.

³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996, p. 16.

⁴ BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Governando a subjetividade ...*, p. 03.

⁵ ARAÚJO, José Carlos Souza. Marcos filosóficos da modernidade em torno da educação da criança: antropologias da infância em disputa?. In: José Carlos Souza Araujo, Carlos Henrique de Carvalho, Esmeralda B. Blanco de Moura. (Org.). *A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho*. 1ed. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 179-207.

Estado. A partir dessas duas características, identificamos uma série de regras para sua governamentalidade. De acordo com Foucault, estas regras estão relacionadas a um conjunto de dispositivos institucionalizados que visam a economia política dos corpos.⁶

Neste texto, temos como hipótese a possibilidade dos impressos que foram publicados e/ou traduzidos em Portugal entre os anos finais do século XVII e por todo o século XVIII, constituírem-se como dispositivos estratégicos para a expansão da homogeneização de uma sociedade portuguesa (que ansiava para elevar suas taxas de alfabetização), sobre os aspectos morais, religiosos e políticos.

De acordo com o historiador em Educação Justino Magalhães, para o contexto português do Antigo Regime, foi a cultura escrita que marcou a construção da modernidade.⁷ Cabe salientar que entendemos a cultura escrita como sendo o lugar simbólico e material que o escrito ocupou em determinado contexto espacial e temporal.⁸ Portanto, é nesse sentido que Magalhães assinalou ser na manifestação mais elementar de ler, escrever e contar, associada e dependente da escolarização, que se deram profundos reflexos nos destinos de vida das populações.⁹ Contudo, ainda é preciso destacar que o entendimento de modernidade é aqui percebido, principalmente no seu sentido filosófico, e não, no histórico. Assim sendo, não se trata de referir um momento histórico determinado,¹⁰ mas, de acordo com o pensamento de Michel Foucault, defini-la como uma *atitude* e concepção centrada na subjetividade, realizável por qualquer sujeito que seja capaz de diagnosticar o seu momento e o quadro que o envolve.¹¹

A partir destas considerações filosóficas que inserimos nossa intenção de pesquisa, como sendo a de apresentar um conjunto de obras que foram publicadas e/ou traduzidas em Portugal, entre os finais do século XVII e por todo o XVIII, que evidenciavam determinados modos de cuidado com a infância. O procedimento metodológico empregado na pesquisa consta de um levantamento de fontes impressas – a partir da consulta a catálogos digitais de bibliotecas portuguesas e da Biblioteca Nacional¹² – publicadas em língua vulgar no período mencionado, que primordialmente, ainda que nem todas de modo exclusivo, colocavam a criança como sujeito de cuidados, de proteção e de educação. Nesse sentido, optou-se por

⁶ FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995, p. 277-293.

⁷ MAGALHÃES, Justino. Cultura letrada e modernidade - escolarização e sociedade no distrito da Horta. *Núcleo Cultural da Horta. O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Nos 550 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp. 387-392.

⁸ GALVÃO, Ana Maria O. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, M; CARVALHO, G. T. (Orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p. 65-95.

⁹ MAGALHÃES, Justino. *Cultura letrada e modernidade ...*, p. 387.

¹⁰ A modernidade, no sentido histórico, corresponde ao período entre os séculos XV e XVIII de intensas transformações culturais, econômicas, sociais e políticas na Europa, e que operaram profundas implicações pedagógicas e educacionais.

¹¹ BRANCO, Guilherme Castelo. A modernidade em Foucault: uma breve exposição. *Princípios*, Ano 04, n.5, p. 137-146, 1997, p. 137.

¹² As edições foram conferidas a partir de um levantamento de dados do acervo digital de distintas bibliotecas portuguesas, em especial o da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e da Biblioteca Nacional do Brasil (BN). Disponíveis em: <http://www.bnportugal.pt/> e <http://www.bn.br/>.

analisar um conjunto de fontes documentais bem delimitado, tomados em suas similaridades e convergências. Não tivemos a intenção de empreender uma analítica minuciosa sobre os diferentes discursos correntes sobre a infância, mas o de realizar um primeiro cotejamento de enunciados coligidos e confrontados entre si a fim de estabelecer unidades discursivas de sentido para a infância. Nosso intuito não foi o de esgotar tais fontes, mas apenas o de apresentar um conjunto significativo¹³ para demonstrar a existência de uma constante discursividade, tomada aqui como uma *tecnologia de subjetivação*,¹⁴ que homogeneizava práticas e prescrições para constituir uma população infantil saudável, socialmente comportada, virtuosa na fé cristã e com pleno domínio da leitura e da escrita portuguesa.

Para melhor sistematização de análise deste texto, dividimo-lo da seguinte maneira: primeiro, apresentamos alguns aspectos teóricos e filosóficos que contribuem para pensarmos a modernidade enquanto *condição de possibilidade*¹⁵ que permitiu a propagação e proliferação discursiva sobre os cuidados e modos que se deveria aplicar sobre as crianças; segundo, nos dedicamos a apresentar uma relação de tratados sobre a educação das crianças publicados na Europa, entre os séculos XVI e XVII, para, então, constituirmos um conjunto de seis tipologias dos impressos publicados em Portugal no século XVIII, quais sejam: as que enunciam os cuidados que se deveria ter com o corpo do sujeito infantil, as que tratam da sua nutrição, dos bons costumes, da moral que se deveria incorporar, das virtudes cristãs e, por último, dos cuidados relativos aos processos educativos.

¹³ Consideramos o arrolamento de tais fontes significativo, nem tanto por sua quantidade, mas pela relevância que tais obras tiveram na constituição discursiva de distintos campos de saber e conhecimento, bem como por ser uma amostra cuja distribuição temporal abarca obras publicadas desde os finais do século XVII até o final do século XVIII.

¹⁴ Para Fonseca os modos de subjetivação são como aspectos da constituição do "indivíduo moderno como sujeito, ou seja, indivíduo preso à sua própria identidade pela consciência de si". FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003, p. 25. Nessa perspectiva, Stephanou descreveu que o "sujeito se constitui na articulação complexa de discursos e práticas, que podem ser pedagógicos, médicos, terapêuticos, entre outros, historicamente engendrados, que instauram modos de conhecimento sobre si". STEPHANOU, M. Bem viver em regras: urbanidade e civilidade em manuais de saúde. *Revista Educação Unisinos*, v. 4, p. 35-44, 2006, p. 36.

¹⁵ Para a filósofa Marilena Chauí as nossas ações, condutas e escolhas são modeladas pelas condições que vivemos. CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000. Assim, as práticas sociais e culturais são historicamente determinadas pelos hábitos, costumes, valores considerados como bons e obrigatórios em um tempo e espaço específico. São condições que determinam a proliferação de um determinado discurso em detrimento de outros que não se encontram na ordem. Entre os séculos XVIII e XIX, determinadas condições – instauração da imprensa, taxa crescente de alfabetização, ampliação do mercado editorial, formação das grandes bibliotecas, circulação de livros, entre outros – possibilitaram, certa, "explosão" de um público capaz de consumir livros impressos. GOMBERG, Felipe. *A aura do livro na era de sua reprodutibilidade técnica*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação da PUC-Rio. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006, p. 84.

A Modernidade como *condição de possibilidade* para a sensibilização da infância

Michel Foucault entendeu que a constituição do sujeito moderno, sobretudo após a *epistème* clássica do modelo de *governo soberano*, produziu efeitos de minucioso controle sobre determinados tipos de sujeitos.¹⁶ Esse processo de controle tinha por objetivo promover uma sociedade com regras e proibições, com comportamentos definidos e legitimados. Assim, a sociedade moderna passou a ser cada vez mais normatizada, regulada por códigos (gestos, linguagens e práticas sociais de reconhecimento como saudações e utilização de utensílios no uso cotidiano) e limitada por interdições (negação de odores, ocultamento de partes do corpo, criação de tabus, invenções de atitudes consideradas incorretas, promoção de determinadas vergonhas).

A noção de *dispositivo*, também proposição de Foucault, possibilita a compreensão destes processos de normatização postos pelo discurso¹⁷ da modernidade. Em *História da Sexualidade* Foucault utilizou como ferramenta analítica a noção de dispositivo como sendo um determinado agrupamento de práticas, que constituem o sujeito em meio a uma trama de saberes e em um feixe de forças que lhes são indissociáveis. Nas palavras do autor, dispositivo é:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.¹⁸

Portanto, pode-se considerar o *dispositivo* como sendo uma ferramenta, uma vez que é algo inventado, criado, produzido a partir de certas condições dadas e que busca operar no âmbito destas mesmas condições a fim de criar modos de subjetivação, pois:

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Sama T. Muchail. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

¹⁷ Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault nos apresenta um sentido para o que podemos entender por *discurso*: "Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e atemporal que teria, além do mais uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo". FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 133.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: Vontade de Saber*. Trad. Maria T. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001, p. 135.

[...] é através do que um dispositivo põe a funcionar que uma sociedade se estrategiza, ganha seus contornos e pode ser mapeada em sua inteligibilidade e em suas práticas concretas e mecanismos políticos efetivos de dominação. De outra parte, é preciso também atinar para o fato de que os dispositivos variam historicamente, apesar de podermos constatar a ação complementar e compatível de diferentes dispositivos num mesmo estrato histórico-cultural.¹⁹

De acordo com Foucault, nas sociedades disciplinares exercia-se um tipo de poder sobre os corpos dos indivíduos com a finalidade de adestrá-los, de modo a torná-los submissos e úteis à produção. Tal adestramento é constituído por diferentes mecanismos, procedimentos e técnicas – combinados entre si, entrelaçando-se, coincidindo-se – sobre os corpos, de modo que controle suas atividades, situando-as em relações específicas e regulares como o espaço e o tempo.²⁰

Tratamos a produção de subjetividade como um processo no qual o sujeito infantil se constitui e é constituído através de práticas discursivas e não-discursivas. Nesta perspectiva, a produção das subjetividades é operada pelo conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais e nas condutas. Poder-se-ia pensar que a subjetividade se dá através de uma postura de perceber a vida, diante de um modo de viver, nos quais estes modos sempre estão imersos em jogos com determinadas regras. Em cada época da humanidade encontramos diferentes práticas sociais que buscaram subjetivar os sujeitos, pois todo “processo de sujeição relaciona-se com experiências humanas e históricas circunscritas a determinados campos de possibilidades de se pensar, fazer e ser”.²¹

Como vimos anteriormente, a modernidade favoreceu a implantação de ideias e pensamentos de características morais, universais e de determinadas virtudes cristãs. Numa acepção foucaultiana, a modernidade pode ser vista como *condição de possibilidade*²² que permitiu a propagação e a proliferação de uma discursividade sobre o que é infância e como deveria ser objeto político de cuidado.

Segundo Nogueira-Ramirez, a modernidade é entendida como um processo de constituição de uma sociedade educativa. O autor considera o período entre os séculos XVI e XVIII europeu como sendo de uma “sociedade do ensino”, considerando a centralidade que as

¹⁹ GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação*: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 48.

²⁰ GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação ...*, p. 61.

²¹ CARVALHO, A. F. *Foucault e a Função-Educador*. Sujeição e Experiências de Subjetividades Ativas na Formação Humana. Ijuí: Unijuí, 2010, p. 37.

²² Para Foucault, a *condição de possibilidade* seria compreender que todo saber se define em um espaço epistêmico singular, que pode ser datado e analisado em sua historicidade, devendo-se considerar as emergências discursivas a partir de condições históricas associadas ao seu surgimento e legitimação. A arqueologia, para Foucault, tentando fazer aparecer as regras de formação dos conceitos, os modos de sucessão, encadeamento e coexistência dos enunciados, se depara com o problema das estruturas epistemológicas; estudando a formação dos objetos, os campos nos quais emergem e se especificam, estudando também as condições de apropriação dos discursos, se depara com a análise das formações sociais. Trata-se, para a arqueologia, de espaços correlativos (FOUCAULT, 2007a, p. 235).

práticas de ensino tiveram “no processo de constituição da ‘razão de Estado’ e na constituição de uma forma de ser sujeito”.²³

Sendo assim, é pertinente considerar, a partir do arsenal analítico legado por Michel Foucault, a importância de se “estudar o modo pelo qual um ser humano torna-se sujeito”, preocupação central nos trabalhos deste filósofo.²⁴ Nessa perspectiva, Michel Foucault tratou da constituição da “alma” moderna pela ação de determinada tecnologia de poder sobre o corpo:

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico. Porém, sim que existe, que tem uma realidade, que está produzida permanente, em torno, na superfície e no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre aqueles que se castiga, de uma maneira mais geral sobre aqueles que se vigia, se educa e corrige, sobre os loucos, as crianças, os colegiais, os colonizadores, sobre aqueles que se sujeitam a um aparato de produção e se controla ao longo de toda a sua existência. Realidade histórica dessa alma que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação.²⁵

Assim, torna-se interessante questionar quais os efeitos dos regimes discursivos, ou melhor, entendido como o discurso circulante sobre o objeto, neste caso, a constituição dos sujeitos infantis. Seria, então, tomar o sujeito infantil²⁶ como sendo um produto dos discursos fabricados por uma cultura escrita que se difundia por toda Europa neste período, que, por sua vez, estava inserida em um amplo projeto de constituição de sujeito moderno, tanto “entendido como uma unidade indivisível – que tem num ‘eu profundo’ a sua essência de sujeito – quanto uma unidade que é única, singular, e que o diferencia de qualquer outro sujeito”.²⁷

Philippe Ariès, em sua obra *História social da criança e da família* preocupou-se com a compreensão acerca do fenômeno da infância. Ao discutir as “idades da vida”, Ariès mostrou que a consolidação de um significado moderno para o termo “infância” ocorreu apenas em meados do século XVII, entre a burguesia francesa. A infância estava ligada à ideia de dependência, segundo o vocabulário utilizado nas relações entre os senhores e seus serviços.

²³ NOGUEIRA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. *O governo pedagógico: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem*. Porto Alegre, 2009. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 09.

²⁴ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-259, p. 232.

²⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 31-32.

²⁶ Nas duas últimas décadas houve uma intensa publicação de estudos relativos à história da infância. Destacamos alguns autores brasileiros que recorrentemente são referências de análise: PRIORE, Mary del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2007; PRIORE, Mary del (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999; KUHLMANN JR., M. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2015; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (Orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007; CORAZZA, Sandra Mara. *História da infância sem fim*. 2ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2004; FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011.

²⁷ VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Maria V. (Org.). *Estudos Culturais e Educação*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2000, p. 50.

Por volta do século XVIII, o termo infância passou a ter sentido generalizado, abrangendo todos os grupos sociais. Etimologicamente o termo infância – do latim “infans” – designa “aquele que ainda não fala”, ou seja, refere-se à(s) criança(s) muito pequena(s). Posteriormente, o termo tornou-se mais abrangente, incluindo crianças maiores.²⁸

O século XVIII europeu também foi cenário para a emergência de um novo “sentimento de infância” que, conforme Philippe Ariès notou, estava ausente no período medieval. Ainda que pesem inúmeras críticas ao historiador francês, é fato que a noção de cuidado com a infância neste período – com a aspiração moralizadora e médica, de produzir uma futura sociedade de intensa produção (pré-industrial), com adultos sadios e eficientes –, foi consideravelmente ampliada. Seria ressignificado, então, o papel da família, da mesma forma que o papel das escolas enquanto instituições fundamentais no processo de educação das crianças. Nessas condições:

[...] segundo novas regras – e bem precisas – as relações entre pais e filhos. São certamente mantidas, e com poucas alterações, as relações de submissão e o sistema de signos que elas exigem, mas elas devem estar regidas, doravante, por todo um conjunto de obrigações de ordem física (cuidados, contatos, higiene, limpeza, proximidade atenta); amamentação das crianças pelas mães; preocupação com um vestuário sadio; exercícios físicos para assegurar o bom desenvolvimento do organismo: corpo a corpo permanente e coercitivo entre os adultos e as crianças. A família não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança.²⁹

A partir deste conjunto de obrigações de ordem física estabelecemos o próximo tópico deste texto, pois observamos que tais ordenamentos se constituem recursivamente em um conjunto de obras que apresentaremos agrupadas a partir de seis unidades tipológicas, sendo elas: aquelas que prescrevem ordens físicas, nutritivas, comportamentais, morais, religiosas e educativas.

Da recorrência de publicações educativas em Portugal no século XVIII

Ainda que se tratando de uma permanência dos séculos anteriores ao XVIII, três gêneros de literatura relativas às atenções despendidas sobre as crianças foram publicadas ao longo do período moderno. A historiadora Lais Viena de Souza destacou se tratarem dos manuais de civilidade e pedagogia, dos “espelhos de príncipes” e dos tratados sobre a educação dos filhos. No primeiro gênero a autora acredita se tratar da formulação de “roteiros sobre o bem agir das

²⁸ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

²⁹ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995, p. 193 -207, p. 199.

crianças da nobreza e aristocracia”, onde se destacam obras como *De civilitate morum puerilium* (1530) de Erasmo de Rotterdam e *Didactica Magna* (1649) de Jan Amos Komensky. O segundo gênero tratar-se-ia de “guias descritivos de práticas e saberes necessários para a instrução do rei infante”. E, por fim, o terceiro gênero sobre tratados que apresentam recomendações, prescrições e aconselhamentos aos pais e preceptores para que a educação das crianças fosse um processo de constante vigilância, poucas bajulações e ordenadas pelo recato e decência.³⁰

Contudo devemos destacar que, segundo Norbert Elias, a obra de Erasmo de Rotterdam não foi a primeira a tratar das regras de condutas e comportamentos visando o progressivo sentimento de civilidade. Desde a Idade Média já se sabia da existência de textos dedicados à propagação de ditames morais, de preceitos virtuosos, de normatividades nos gestos e regulações das condutas sociais. O que distingue estes textos dos tratados de Rotterdam é o alcance e a proliferação discursiva que este autor teve sobre o público europeu, evidenciando a preocupação que uma parcela específica da sociedade tinha em obter hábitos e vivências mais próximas das cortes.³¹

Para os historiadores Renato Venâncio e Jânia Martins, em Portugal, a produção de impressos voltados para a educação e para a formação moral das crianças foi registrada desde a primeira metade do século XVI.³² No ano de 1525, Antônio de Beja publicou o tratado *Breve doutrina e ensinança de príncipes*, sendo que nas décadas subsequentes outros títulos como *Cartinha para aprender a ler* (1539) e *Diálogos de preceitos morais com prática deles em modo de jogo* (1540), ambos de autoria de João de Barros, também foram publicados. Ainda neste século, seguindo o modelo de educação de reis, príncipes e fidalgos, foi publicada a obra *Da instituição real e suas disciplinas*, registrada por Jerônimo Osório. De acordo com o crítico literário João Adolfo Hansen, foi através de um modelo de “política católica” no espaço ibérico entre os séculos XVI e XVII que a Igreja considerou como um dos seus núcleos principais “a educação das crianças, dos ‘menores’, das crianças aristocratas, príncipes, delfins, infantes, poraios e mestres”, na intenção de prepará-los “virtuosamente para a vida futura em que realizariam a ‘razão de Estado’ absolutista como reis bons, fortes e eficazes”.³³

Nestes séculos, as obras mais consumidas em Portugal eram os tratados humanistas e teológicos.³⁴ Ainda que se destacassem repetidas reimpressões das cartilhas de João de

³⁰ SOUZA, Laís Viena de. Educados nas letras e guardados nos bons costumes: Padre Alexandre de Gusmão S.J., infância e educação na Bahia Colonial. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 47-54.

³¹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994. v. 1. p. 75.

³² VENÂNCIO, Renato Pinto; Ramos, Jânia Martins. Apresentação. In: GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de Criar bem os filhos na idade da puerícia*: Dedicada ao Menino de Belém Iesu Nazareno. VENÂNCIO, Renato Pinto & RAMOS, Jânia Martins (org). São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 9-32.

³³ HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. In: FREITAS, Marcos Cezar; HUHLMANN JR., Moisés (orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 61-98, p. 61-62.

³⁴ NAVE, Francine de. Antuérpia como Centro Tipográfico do Mundo Ibérico (Séculos XVI-XVIII). THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris; FURTADO, Júnia (Orgs.). *Um mundo sobre o papel: Livros, Gravuras e Impressos Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII)*. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Editora UFMG, 2014, p. 31-56, p. 31.

Barros, outros manuais pedagógicos acentuavam além da importância da escrita e da leitura, exemplos e regras de civilidade, de modelos virtuosos e de condutas cristãs. Ao final do século XVII, dois manuais se destacaram por circular em no império português: o primeiro, escrito na América portuguesa pelo jesuíta português Alexandre de Gusmão (1629-1724), *Arte de criar bem os Filhos na idade de Puerícia*, mas publicado em Lisboa no ano de 1685, que apresentava um modelo cristão e moralista de como deveria ser a educação dos filhos; e o segundo, a publicação da obra *Some Thoughts concerning Education*, em 1693, pelo filósofo inglês John Locke (1632-1704), que dispunha de vários conselhos sobre a criação dos filhos homens na intenção de formar um perfeito cavalheiro.³⁵

Já no século XVIII português, a produção de impressos era, do ponto de vista comercial, uma atividade lucrativa, mesmo considerando como limitado o domínio da cultura escrita no Reino e no Império Ultramarino. Tratados científicos como os farmacológicos, de astronomia, botânica, física e matemática também eram gêneros publicados em Portugal no setecentos, porém a tipografia portuguesa se destacava pela publicação dos seguintes gêneros: literatura religiosa, compêndios de medicina, manuais cartográficos e tratados de artilharia, guerra e fortificações.³⁶ Outro aspecto que influenciou a expansão da cultura escrita na centúria do setecentos, no reino português, foi o grande interesse de dom João V (1706-1750) pela implantação de grandes bibliotecas e pelo possível interesse de uma atmosfera cultural mais próxima dos efervescentes centros urbanos da França, Inglaterra e Países Baixos.³⁷

Até meados do século XVIII, o modelo mais difundido de leitura estava centrado naquelas obras que instruíam, ensinavam exemplos edificantes, formavam bons cristãos, tanto em moralidade quanto em virtudes. O padrão português de educação infantil pretendido por uma sociedade que se firmava nos grandes centros urbanos estava, em muito, baseado nas orientações dos livros de devoção cristã, nos guias de civilidades em geral, nos tratados para formação de príncipes e nos compêndios pedagógicos. Há de se destacar que o século da ilustração portuguesa elegeu a "cidadania como referência e alibi para sustentação de uma sociedade" que creditava cada vez mais na instrução do seu ideário social:³⁸

³⁵ Destacamos um estudo levado a cabo pelo português António Gomes Ferreira que analisou as prescrições para a boa educação dos filhos, comparando as obras de três escritores contemporâneos, sejam Fénelon, Gusmão e Locke. FERREIRA, António Gomes. Três propostas pedagógicas de finais de Seiscentos: Gusmão, Fénelon e Locke. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Coimbra, ano XXII, p. 267-291, 1988.

³⁶ THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris; FURTADO, Júnia (Orgs.). *Um mundo sobre o papel: Livros, Gravuras e Impressos Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII)*. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Editora UFMG, 2014.

³⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. O Colecionismo e o Gosto: A Aquisição de Livros e Gravuras nos Países Baixos Meridionais para a Livraria Real de Lisboa. In: THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris; FURTADO, Júnia (Orgs.). *Um mundo sobre o papel: Livros, Gravuras e Impressos Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII)*. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Editora UFMG, 2014, pp. 351-367, p. 351.

³⁸ BOTO, Carlota. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 16.

Se, durante muito tempo, o corpo foi controlado pelo discurso do sagrado e da moral – sobre a carne e as tentações –, a partir do século XVIII ele passou a ser controlado também pelo discurso da ciência. Nessa abordagem, passou a ser visto como uma máquina que pode e deve ser controlada com regimes específicos, tarefa a ser realizada, pelos poderes laicos e recém-instituídos, aqueles derivados dos estados-nações.³⁹

Acreditava-se que o condicionamento do homem aos hábitos interpostos pelos diferentes domínios do conhecimento, assimilando mudanças de comportamentos e hábitos sociais – discursivamente propagados por manuais científicos e pedagógicos –, fosse condição para se criar “reformas sociais perante o signo do homem pedagogicamente reformado”.⁴⁰ Manuais, geralmente tratados como *Avisos*, desempenharam significativa funcionalidade na constituição e na intensificação da conformação da sociedade, ao enunciarem uma série de regulações, interdições e instruções daquilo que se pretendia desenvolver.

No caso dos tratados médicos em circulação em Portugal e na América Portuguesa, esperava-se que, diante dos limites impostos à instrução da população, os princípios de medicina fossem divulgados por intermediários. Esse aspecto é evidente principalmente nas obras publicadas a partir da segunda metade do século XVIII, quando o tema as ‘saúdes dos povos’ passa a ser abordado de forma mais específica.⁴¹

Nesse sentido, o corpo infantil, regulado pelo poder e saber científico tornou-se objeto de interesse discursivo no processo de transformação e aperfeiçoamento da vida, certamente pelos altos índices de mortalidade infantil no período, bem como pela constatação da presença de comportamentos aversivos socialmente. Tanto a saúde como a doença configuraram-se como um problema de gerenciamento político e econômico, onde as práticas higiênicas e físicas das crianças geraram preocupações para as famílias, especialmente através dos discursos médicos que promoviam específicos modos de comportamento e de cuidados específicos com o corpo, como criação de hábitos regulares, limitação dos contágios e moderação das paixões.⁴²

Vale ainda lembrar que o século XVIII português foi caracterizado por um processo particular de influência iluminista.⁴³ As transformações políticas, administrativas, econômicas e culturais ocorridas em terras lusas dividiam legitimidade entre os esforços intelectuais

³⁹ BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Por Amor e por Força: Rotinas na Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 55.

⁴⁰ BOTO, Carlota. *A escola do homem novo ...*, p. 21.

⁴¹ ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. 1. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011, p. 130.

⁴² Fernando Ripe apresentou um estudo que analisou, nos finais do século XVIII português, a circulação de impressos médicos, demonstrando duas claras intencionalidades: promover a utilização de determinados hábitos com vistas à conservação da saúde infantil, bem como propagar o “moderno” projeto de medicina urbana que se instaurava através de um discurso científico ilustrado. RIPE, Fernando. “*O Temperamento bom ou mal depende da Infância*”: preceitos médicos para a criação de crianças em um tratado de medicina português do século XVIII. In: Anais da XI Reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPEd Sul. Curitiba: UFPR, 2016. p. 1-16.

⁴³ A educação no debate iluminista é tema central no trabalho de BOTO, Carlota. *A escola do homem novo...*

iluministas que se propagavam por toda Europa e a forte atuação da Igreja Católica no Reino. Após a metade do setecentos, com a ascensão de Dom Sebastião de Melo e Carvalho (1699-1772), o Marquês de Pombal, ao cargo de Secretário de Estado, a educação iluminista passou a ser a principal matriz das reformas educacionais.⁴⁴ Neste cenário reformista, o modelo idealizado de educação está centrado na figura do nobre. Assim, torna-se indispensável os métodos que contemplem “as dimensões humanas, espirituais, políticas, físicas e artísticas da criança que se formava”.⁴⁵ Segundo Renato Amatzuzi, o modelo de educação pensado preparava a criança para desempenhar “o ofício que Deus havia lhe dado, o de nobre, homem civil e súdito fiel do rei, com funções de fazer jus aos títulos e propriedades que seriam herdados”.⁴⁶

Com estas considerações, evidenciamos a ocorrência de publicações que propagavam discursos relativos aos saberes médicos, religiosos, morais e pedagógicos e constituímos seis tipologias temáticas através dessas obras. Os critérios que guiaram o estabelecimento das seis tipologias apresentadas na introdução deste artigo – cuidados com o corpo infantil, nutrição, bons costumes, comportamentos morais, virtudes cristãs e educação – pautaram-se pela identificação de recorrências discursivas nas obras levantadas. Tais obras não apresentam uma vinculação institucional específica, porém se caracterizam por apresentarem um conjunto variado de temas que à época deveriam produzir efeitos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais e, principalmente, nas condutas infantis.

Cabe ressaltar que a partir do arrolamento das obras, identificamos que estas não versavam exclusivamente sobre um assunto, podendo ser, possivelmente, enquadradas em outras classificações. Apresentamos abaixo seis quadros, construídos a partir da divisão de seis unidades tipológicas de análise, sendo que para cada tipologia arrolamos algumas obras, com indicação de autoria, ano de edição e título, numa sequência cronológica.

Dos cuidados que se deve ter com o corpo infantil

A racionalização posta na modernidade assumiu uma ética da responsabilidade sobre a sociedade. O sentimento de valorização da vida e o desenvolvimento do conhecimento médico ocuparam lugares centrais para o cuidado com o corpo, levando a efeito corpos saudáveis e produtivos. Nesse sentido, verificamos que a publicação de tratados médicos foi progressivamente crescente na passagem do século XVII para o XVIII, e ainda maior nos séculos seguintes quando da afirmação deste saber como disciplina. Tomamos como exemplo

⁴⁴ Por não ser o objetivo deste artigo analisar o processo de ensino em Portugal no século XVIII e a Reforma Pombalina, tomamos como referência o trabalho de Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* (2001).

⁴⁵ AMATUZI, Renato Toledo Silva. *Educação como herança: os manuais de instrução para nobres portugueses no final do século XVIII, uma análise da carta do padre Francisco Luís Leal para o 2º Conde da Ega*. In: Anais. VI Congresso Internacional de História. Maringá: UEM, 2013, p. 07.

⁴⁶ AMATUZI, Renato Toledo Silva. *Educação como herança ...*, p. 07.

oito tratados médicos, que circularam amplamente no reino português no período analisado e evidenciam a ocorrência de certas preocupações com as crianças. Desde o nascimento, os primeiros cuidados, o desenvolvimento físico através de exercícios, as possíveis doenças e, até mesmo, os temperamentos dos infantis eram objetos de preocupação médica e social.

Quadro 1

Relação de algumas obras publicadas em Portugal (século XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
SEMEDO, João Curvo	1707	<i>Observações medicas doutrinaes de cem casos gravíssimos, que em serviço da pátria, e das nações estranhas escreve me língua portugueza e latina.</i> Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram.
	1720	<i>Atalaya da vida contra as hostilidades da morte; fortificada, e guarnecida com tantos defensores, quantos são os remedios, que no discurso de sincoenta, e oyttoannos experimentou.</i> Lisboa Occidental: na Officina Ferreyrenciana.
HENRIQUES, Francisco da Fonseca	1721	<i>Anchora medicinal para conservar a vida com saúde.</i> Lisboa Occidental: na Officina de Musica.
	1750	<i>Medicina lusitana, socorro delphico, aos clamores da natureza humana, para total prostigação de seus males.</i> Porto: na Officina Episcopal de Manoel Pedroso Coimbra.
SOARES, Manuel de Moraes	1777	<i>Aviso sobre a educação dos novos nascidos (...).*</i>
FRANCO, Francisco de Melo	1790	<i>Tratado de educação fysica dos meninos para uso da nação portugueza.</i> Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias.
CHAVES, José Manuel	1791	<i>Sobre o tratamento dos meninos (...).*</i>
ALMEIDA, Francisco José de	1791	<i>Tratado de educação fysica dos meninos, para uso da nação portugueza.</i> Lisboa: Off. da Academia Real das Sciencias.

* Não foram localizadas as informações relativas aos seus locais de publicação e tipografias.

Fonte: Elaboração dos autores.

Da nutrição

Outra preocupação constante no século XVIII português está relacionada com o regime alimentar que as crianças deveriam ter. Desde o nascimento da criança até o seu crescimento "robusto", era prescrito minuciosamente a ingestão de uma série de comidas, bem como a inibição de outras, como as "doçuras". Porém, uma prescrição recorrente nestes tratados era que a amamentação fosse realizada pela própria mãe da criança, sendo que no caso de algum

impedimento devia-se procurar atenciosamente uma ama de leite, para que o menino não ficasse sem o leite nutritivo.

Quadro 2

Relação de algumas obras publicadas em Portugal (segunda metade do século XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
ROMA, Francisco Morato	1753	<i>Luz de medicina, pratica, racional, methodica, guia de enfermeiros, directorio de principiantes, e summario de remédio pera poder acodir, e remediar os achaques do corpo humano (...)</i> . Coimbra: na Officina de Francisco de Oliveyra.
SILVA, João Xavier de Matos	1782	<i>A pastora virtuosa</i> . Lisboa: na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo.
MATA, Matusio Matoso Matos da	1786	<i>Alcorão das amas de leite, ou marmota que se vem mais claras que a luz do dia (...)</i> . Lisboa: Of. de Simão Thadeo Ferreira.
PAIVA, Manuel Joaquim Henrique de	1787	<i>Aviso ao Povo ou Summario dos Preceitos mais importantes, conservantes à criação das crianças, às diferentes Profissões e Offícios, aos Alimentos e Bebidas, ao Ar, ao Exercícios, ao ..., aos Vestidos, à Intemperância, à Limpeza, ao Contágio, às Paixões, às Evacuações regulares etc, que se devem observar para prevenir as enfermidades conservar a saúde prolongar a vida</i> . Lisboa: na Officina Morazziana.

Fonte: Elaboração dos autores.

Todavia, o processo de amamentação não era exclusivamente uma preocupação nutricional, pois era carregado de um discurso higiênico e moral, como bem apontou o historiador português António Gomes Ferreira na análise de dois tratados de puericultura portuguesa do século XVIII:

Nas suas opiniões, com tal ato [o não aleitamento], as mães não só arriscavam a saúde das suas crianças como, também, as suas futuras qualidades morais, para além de dificilmente conseguirem usufruir do natural amor filial e gozar na plenitude a doce satisfação maternal.⁴⁷

Dos bons costumes

Acerca de obras sobre os bons costumes, constatamos que os ensinamentos sobre as condutas, sobre os modos de viver em sociedade e as maneiras de bem educar os filhos eram temáticas de interesse do público português, uma vez que foi publicado no período grande variedade deste tipo de manual. A leitura de tais manuais atendia aos interesses daqueles que

⁴⁷ FERREIRA, António Gomes. *A criança em dois tratados setecentistas de puericultura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1987, p. 159.

se encontravam ávidos por um modelo de nobre europeu civilizado e que “vinha se afirmando como parte do processo de constituição de uma sociedade civil fundada sobre regras e mecanismos de controle”.⁴⁸ Segundo a historiadora Thais Fonseca, os manuais sobre regras de comportamento eram voltados, em grande parte, para finalidades pedagógicas e dirigidas para a educação de crianças e jovens, particularidade que se seguiu tanto em Portugal, como no Brasil até o século XIX.⁴⁹

Quadro 3

Relação de algumas obras publicadas em Portugal (século XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
MORGANTI, Bento	1758	<i>Breves Reflexões Sobre a Vida Ecomónica, a qual consiste nos casamentos, na criação e educação dos filhos (...)</i> . Lisboa: Of. J. Costa Coimbra.
	1765	<i>Aforismos Morais e Instrutivos, uteis a todo o gênero de pessoas nos quais se acham documentos necessários para a boa instrução da vida civil e cristã</i> . Lisboa: Off. Manuel Coelho Amado.
SIQUEIRA, Joaquim Manuel de	1771	<i>Carta de Maxima, e conselhos, que mandou um pay a seu filho Peralta nesta Corte, para a perfeição da vida civil, e christã</i> , Lisboa: na Offic. da Viuv. de Ignacio Nogueira Xisto.
BEUMONT, Le Prince de	1776	<i>Armazem dos pobres, ou dialogo entre hum fidalgo, e varios camponezes, criados, e criadas de servir (...)</i> . Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo.
BLANCARD, Pierre	1786	<i>A escola dos bons costumes, ou reflexoens Moraes, e históricas, sobre as máximas de hum homem de honra, e probidade (...)</i> , 4 vols. Porto: na Oficina de Antonio Alvarez Ribeiro.
SIQUEIRA, João de N. S ^a da Porta	1791	<i>Escola de politica, ou tractado pratico da civilidade portugueza</i> , Porto: Tip. Of. de António Alvares Ribeiro.

Fonte: Elaboração dos autores.

Da moral

A assimilação de valores morais pelas crianças modernas era fundamental para assegurar uma “boa educação” e para a garantia de condutas civilizadas, de modo que alguns manuais prescreviam inúmeros conselhos com o objetivo de impedir, nas crianças, futuras características ligadas às condutas consideradas imorais como vingança, tirania, queixume e injustiça. Também instruíam como os pais e mestres deveriam proceder com a criança para se

⁴⁸ FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: Civilidade, ordem e sociabilidade na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 17.

⁴⁹ FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes ...*, p. 16.

evitar o desenvolvimento de atitudes que conduziram o futuro adulto à prática de alguns pecados capitais, como a ira e a soberba. Nesse sentido, não foram poucos os manuais que conjugaram moral e fé cristã, a exemplaridade de comportamentos e atitudes adequadas, muito próximas das máximas católicas, indicando os modos respeitosos de tratamentos sociais e a realização de atos generosos e caridosos. Neste caso, verificamos a aproximação entre duas tipologias indicadas, a relativa ao desenvolvimento de valores morais nas crianças, conjugadas com o despertar de uma religiosidade – pois a moralidade era construída a partir de hábitos e costumes considerados dignos de comportamento nobre, notadamente àqueles similares aos pregados pela doutrina moral cristã. Cabe ainda destacar a existência de uma constante publicação religiosa, trata-se das *Constituições Synodales* de diferentes bispados de Portugal, onde se dão conta das ordens aos párocos de como se deveriam batizar as crianças e os rituais para os seus devidos sacramentos.

Quadro 4

Relação de algumas obras publicadas em Portugal (séculos XVII-XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
FONSECA, João da	1696	<i>Sylva moral, e histórica, que contem a explicação, e discursos Moraes de diversas materias (...)</i> , Lisboa: na Officina de Miguel Manescal.
LEITÃO, Manuel da Silva	1738	<i>Arte com vida ou vida com arte, muy curiosa, necessaria, e proveitosa não só a medicos, e cirurgioens, mas ainda a toda pessoa de qualquer estado, ou condição, que seja, principalmente aos casados; e mais que a todos, aos noivos de pouco tempo, em a qual se encontra hum regimento de paridas</i> , Lisboa Occidental: Off. de Antonio Pedrozo Galvão.
NATIVIDADE, Francisco da	1767	<i>Reflexões Moraes, e políticas sobre as principaes obrigaçoens do Homem para a instrucção da mocidade, 2 tomos</i> , Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues.
PRÉVOST, Abade	1777	<i>Elementos de Civilidade e Decência que se pratica entre gente de bem. Para instrução da mocidade de ambos os sexos</i> . Trad. do francês. Lisboa: Typ. Rollandiana.

Fonte: Elaboração dos autores.

Das virtudes cristãs

Geralmente estas obras apresentam formulações éticas, nas quais seus autores reivindicam antigos padrões – gregos, latinos, patrísticos e medievais – através de um ordenamento retórico adequado ao contexto de uma sociedade cristã do século XVIII. O que caracterizava essa aproximação era a ânsia por hábitos muito próximos aos padrões e

condutas da corte, marcadamente ligadas à nobreza letrada, civilizada e erudita que valoriza a naturalização dos hábitos de obediência, respeito, humildade, generosidade para com os próximos, com o clero, os pais, mas principalmente para com o seu rei.

Quadro 5

Relação de algumas obras publicadas em Portugal (séculos XVII-XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
GUSMÃO, Alexandre de	1678	<i>Escola de Belém, Jesus nascido no Presépio</i> . Évora: na Officina da Universidade.
	1685	<i>Arte de crear bem os filhos na idade da puerícia</i> . Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes
FONSECA, M. João da	1688	<i>Escola da Doutrina Christam em que se ensina o que he obrigado a saber o Christam (...)</i> . Évora: na Officina da Universidade.
BERNARDES, Manoel	1706-1728	<i>Nova Floresta, ou Sylva de vario sapophthegmas, e ditos setenciosos espirituais e Moraes (...)</i> , 5 tomos. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes.
FERREIRA, António	1757	<i>Practica de ordenandos, e confessores (...)</i> . Coimbra.*
GRANADA, Luís	1789	<i>Compendio de Doctrina Chistãa recopilado de diversos autores que desta materia escreveram (...)</i> . Coimbra: na Real Officina da Universidade.

* Não foi localizada informações relativas à oficina tipográfica.

Fonte: Elaboração dos autores.

Tendo em vista que a “boa educação” das crianças estava pautada, sobretudo, nos modelos de sujeito nobre e cristão, identificamos a presença de certos discursos que orientavam, através da doutrina cristã católica, uma série de prescrições com vistas a enaltecerem os meninos que conservavam as principais virtudes morais e teológicas. Ao evocarem os textos dos escritores antigos, os autores do século XVIII exemplificam modelos de vidas virtuosas, destacando como as principais virtudes morais: a prudência, a justiça e a temperança. Da mesma forma, eram prestigiadas as atitudes virtuosas teológicas de fé, esperança e caridade, que além de combater os possíveis vícios – o sujeito infantil, neste período, era considerado como facilmente corruptível – edificavam a educação espiritual e moral.

Da boa educação

A compreensão da educação no longo projeto de modernidade instaurado no reino português do setecentos se subsidiou de uma série de publicações que promoviam, além do ensino da língua portuguesa, prescrições para a manutenção da ordem, da disciplina, o do

aditamento moral e religioso, aspirando a produção de sujeitos infantis cristãos bem-comportados e obedientes.

O modelo de educação propostos nestes manuais tinham por principal finalidade a distinção social, dando ênfase aos aspectos morais e virtuosos, como os aconselhamentos sobre castigos e punições. Seus autores, sobretudo, eram letrados comumente eclesiásticos, médicos, aristocratas próximos do poder real, mestres, preceptores, aios, pais preocupados com o direcionamento da educação dos filhos, que orientavam outros pais e mestres a bem conduzir a criação e a educação, principalmente, de meninos.

Quadro 6

Relação de obras publicadas em Portugal (século XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de	1722	<i>Nova Escola de Aprender a Ler.</i> Lisboa Occidental: na Officina de Bernardo da Costa de Carvalho.
PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e	1734	<i>Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre (...).</i> Lisboa: José Antonio da Silva.
	1783	<i>Regras para a Cristã Educação dos Meninos.</i> Lisboa: Of. Tip. Régia.
VERNEY, Luís António	1746	<i>Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal.</i> Valensa [Nápoles]: na oficina de AntonioBalle [Genaro e VincenzoMuzio].
ABOIM, Diogo Guerreiro Camacho de	1747	<i>Escola moral, politica, cristã, e juridica (...).</i> Lisboa: Off. de Bernardo Antonio de Oliveira.
SANCHES, António Nunes Ribeiro	1759	<i>Cartas sobre a educação da mocidade.*</i>
VILLENEUVE, Joana Rousseau de	1767	<i>A aia vigilante ou reflexões sobre a educação dos meninos.</i> Lisboa: Of. Ant. Vicente da Silva.
VASCONCELOS, João Rosado Vilalobos e	1778	<i>O livro dos meninos. Em que se dão as ideias gerais e definição das coisas que os meninos devem saber (...).</i> Lisboa: Typ. Rollandiana.
	1782	<i>O Perfeito Pedagogo na Arte de Educar a Mocidade.</i> Lisboa: typ. Rollandiana.

* Impressa em Paris apenas 50 exemplares no ano de 1759.⁵⁰

Fonte: Elaboração dos autores.

No conjunto de obras selecionadas, geralmente, encontramos em sua materialidade aspectos comuns. Na dedicatória os autores oferecem a obra a diferentes segmentos sociais. No caso dos religiosos e confessores reais tendia-se a dedicar às santidades – “Soberana

⁵⁰ SANCHES, Antonio N. Ribeiro. *Cartas sobre a Educação da Mocidade.* Nova Edição, revista e prefaciada por Dr. Maximiano Lemos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922

Virgem das virgens Maria Santíssima Senhora nossa⁵¹ e ao “Menino Jesus Nazareno”⁵² –, a outros eclesiásticos pertencentes da mesma ordem religiosa, sobretudo a Companhia de Jesus. Também era comumente dedicado ao rei e ao príncipe, às reconhecidas autoridades, e também direcionado às crianças e jovens de escolas portuguesas.

Nas obras arroladas, geralmente encontramos a existência de um prólogo ou exórdio, onde os autores descrevem a importância de tal escrito, chamando a atenção para as razões que conduziram suas escritas, as potencialidades dos escritores “antigos” e os modos como os possíveis leitores/receptores da obra deveriam conduzir a interpretação do texto.

Na centúria do setecentos, em Portugal se exigia três licenças obrigatórias para a publicação de impressos. Por se tratar de um contexto marcado pela presença da Inquisição, a censura obrigava a leitura prévia do Tribunal do Santo Ofício, que analisava os possíveis perigos da divulgação de ideias contrárias aos ensinamentos teológicos da Igreja. As licenças do Paço e do Ordinário também eram obrigatórias e identificavam além da perfeita tradução, a existência de algum pressuposto contrário às leis civis, aos valores morais e eclesiásticos presentes na sociedade portuguesa. Este processo censório era atribuído aos notários e secretários do reino, por membros da Igreja – frades, padres, inquisidores –, por especialistas no assunto – médicos, juristas, diplomatas, professores do Colégio Real de Nobres – que poderiam restringir parcialmente a obra, ou mesmo negar sua publicação.⁵³ Era comum estas licenças serem carregadas de elogios, da pertinência para o Estado e dos seus abonadores, como podemos perceber na seguinte recomendação realizada pelo Licenciador José Caetano de Mesquita, professor régio de retórica no Colégio Real de Nobres:

Dona Joanna Rousseau de Villeneuve [Autora da obra *A aia vigilante ou reflexões sobre a educação dos meninos* (1767)], tratão d’humamateria, que certamente he das mais importante; pois nada póde mais do que ella contribuir para o adiantamento, conservação, e felicidade dos Estados, sendo regulada pelas máximas, que a razão dictou a quem a ouviu atentamente, e a Religião estabelecida por hum Legislador infinitamente sabio aperfeçoou depois. Tudo o que a Authora escreve he de huma escolha prudente, e de summa utilidade, além de ter por si grandes abonadores [A família de Dom Sebastião de Melo e Carvalho (1699-1772), o Marquês de Pombal, a quem a aia Villeneuve teria servido].⁵⁴

O conjunto de obras até aqui identificadas possibilita verificar que importantes mudanças nos modos de ver e dizer sobre a infância foram decorrentes de discursos que redefiniram os núcleos familiares e distinguiram o comportamento público do privado. Também os

⁵¹ A exemplo de BERNARDEZ, Manoel. *Armas da Castidade*, Tratado Espiritual, em que por modo pratico se ensinão os meyo, & dilligencias convenientes para adquirir, conservar, & defender esta Angelical Virtude. Lisboa: Na Officina de Miguel Deslandes, 1699, frontispício.

⁵² A exemplo de GUSMÃO, Alexandre. *Arte de crear bem os filhos na idade da puerícia*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1685, frontispício.

⁵³ VILLALTA, L. C. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

⁵⁴ VILLENEUVE. Joana Rosseau. *A aia vigilante ou reflexão sobre a educação dos meninos, desde a infância até a adolescência*. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, 1767, Licença do Paço.

movimentos políticos, econômicos e culturais modernos, assim como as Reformas Religiosas e os novos contornos da economia a partir da exploração aurífera na América Portuguesa, colocaram em prática o incremento do dispositivo da cultura escrita, intentando operar significativas mudanças na população lusitana como forma de aproximação das principais nações europeias que se reconheciam como civilizadas.

Considerações finais

Guiados pela possibilidade de que os impressos pedagógicos, religiosos e médicos, publicados e/ou traduzidos para o português em Portugal nos finais do século XVII e ao longo do XVIII constituíram-se enquanto dispositivos estratégicos para mudar as formas de se comportar, bem como de pensar sobre as crianças, identificamos a existência de um conjunto de obras especializadas que se empenhou em organizar os modos de pensar da população especialmente em relação aos cuidados com a infância.

Segundo afirmação de Norbert Elias, nesse “processo civilizatório de modernidade” a proposição de um novo tipo de sujeito contido e autorregulado foi condição necessária para a mudança dos costumes e dos comportamentos sociais.

A modelagem por esses meios [de repreensão] objetiva a tornar automático o comportamento socialmente desejável, uma questão de autocontrole, fazendo com que o mesmo pareça à mente do indivíduo resultar de seu livre arbítrio e ser de interesse de sua própria saúde ou dignidade humana.⁵⁵

Nessa perspectiva, o livro pode ser percebido como uma importante estratégia para propagação de certos discursos, uma vez que pressupõe mudanças de subjetividades, um ‘antes e um depois’ do sujeito e, com efeito, de uma sociedade. Para o historiador Roger Chartier, as práticas de leitura não são desprovidas de interações e percepções, uma vez que “o processo pelo qual os leitores, os expectadores ou ouvintes dão sentido ao texto (ou às imagens dos quais se apropriam)” são fundamentais para a dinâmica do poder de transformação social.⁵⁶ Este entendimento também foi compartilhado pelo historiador Robert Darnton referente à tentativa de compreender os significados que o leitor apreende, uma vez que este parte do “esforço infindável do homem em encontrar sentido no mundo em torno e dentro dele mesmo”. Nesse sentido, se entendêssemos como o sujeito leitor subjetivava tais discursos “poderíamos vir a compreender como ele entendia a vida, e, por essa via – a via

⁵⁵ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador ...*, p. 53.

⁵⁶ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 35.

histórica –, quem sabe chegaríamos a satisfazer uma parte de nosso próprio anseio por um sentido”.⁵⁷

Desde a perspectiva da história da cultura escrita, como forma e dispositivo que adquiriu pleno valor como categoria de análise, entendemos que a implantação e extensão dos códigos escritos – bem como as múltiplas possibilidades de leitura e apropriações do texto escrito, as quais não foram aqui contempladas dados os limites deste artigo – exerceram sobre a vida da população lusitana no século XVIII consequências sociais e culturais.⁵⁸

Vale, aqui, retomar a ideia empreendida por Nogueira-Ramires de que a modernidade, na perspectiva da educação, é um processo de constituição de uma “sociedade educativa”.⁵⁹ Em Portugal, o século XVIII, apresentou-se como um período marcado por inúmeras mudanças, “uma época de transição marcada pelo dualismo tanto no nível cultural e socioeconômico quanto no científico e médico-sanitário”.⁶⁰ Não obstante, tornou-se um período de “mudança gradual do mundo da oralidade para a sociedade da escrita”,⁶¹ onde os impressos que circulavam pelo Reino podem nos dar evidências do poder de persuasão da assimilação social de novas ideias, da incorporação de diferentes valores, do reforço aos hábitos e comportamentos socialmente aceitos, na divulgação de conhecimentos científicos, entre outras mudanças que corroboraram a afirmação de sociedade educativa e leitora. Portanto, o dispositivo da cultura escrita não apenas engendrou problematizações pedagógicas e educacionais para seus sujeitos, mas também trouxe implicações políticas, econômicas e sociais. É nesse direcionamento que percebemos esse dispositivo atuando em função de sua utilidade, em uma sociedade específica, com intencionalidades singulares – gerar e criar crianças saudáveis, obedientes, disciplinadas, alfabetizadas/letradas, com comportamentos sociais aceitos e virtuosamente reguladas pela fé cristã. Assim, o sujeito moderno passou a ocupar características profundamente diferentes de como era pensado outrora, pois se tornou objeto de uma sociedade disciplinada. Uma sociedade governada pela autoridade política, religiosa e médica, representada por discursos institucionalizados.

Os discursos institucionalizados na modernidade operaram determinados sentidos educativos sobre seus sujeitos de controle, como o caso aqui apresentado, sobre as crianças, de modo que enunciavam práticas cada vez mais orgânicas e funcionais. O sujeito infantil foi minuciosamente regulado, afirmando cada vez mais os comportamentos de autocontrole e de conformidade aos modelos de “bons modos”, “bons costumes” e “boas maneiras”. De acordo com Franco Cambi, a funcionalidade destas práticas de controle “revelam o nascimento de

⁵⁷ DARNTON, R. O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 172.

⁵⁸ CASTILLO GÓMEZ, António. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*. n.º 5 jan./jun. 2003, pp. 93-124, p. 96.

⁵⁹ NOGUEIRA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. *O governo pedagógico...*

⁶⁰ FERREIRA, António. *Gerar, Criar, Educar...*, p. 421.

⁶¹ FISCHER, Roger. *História da leitura*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 189.

uma nova sensibilidade social e de uma convivência que descreve cada âmbito de ação do sujeito”.⁶²

Não obstante, o objetivo da assimilação de um discurso pleno sobre a infância, por parte da sociedade, serviu-se de um modelo capilar e difuso de propagação dos seus códigos escritos. Mesmo considerando que em cada sociedade o livro e a leitura possam apresentar distintas formas de interpretação “e os significados dos textos dependem das capacidades, das convenções e das práticas de leitura próprias das comunidades que constituem, na sincronia ou diacronia, seus diferentes públicos”, determinada sociedade pode estabelecer com o livro, através de distintas subjetividades, apropriações similares guiadas por um mesmo discurso.⁶³

Na modernidade se utilizou de antigas e novas instituições para atrair e ampliar este “novo” projeto educativo, que se estruturaram através das tarefas de normalização e dominação dos sujeitos, de supressão dos desvios e de produção de convergências (comportamentos, ideias, práticas sociais, etc.). A infância passou a ser guiada por discursos institucionais, disparados por uma cultura escrita, que eficientemente criava mecanismos de reprodução de novas ideias sociais e comportamentais. A expansão dos processos de alfabetização durante o século XVIII europeu, emergiu da difusão cultural acerca das práticas de leitura. O historiador Roger Chartier assinalou que esta difusão se deu, tanto em níveis de intensidade como de qualidade.⁶⁴ Nesse sentido, a leitura tanto servia como mote de condições de convívio social e interação, mas também como possibilidade para a institucionalização dos espaços educativos. Foi inegavelmente, do ponto de vista da Educação, o século da implantação dos sistemas de instrução em Portugal.

Foi a partir do século XVIII que “[...] a leitura se revela como um fenômeno historicamente delimitado e circunscrito a um modelo de sociedade que se valeu dela para a sua expansão”.⁶⁵ Em relação aos modos de ler estes livros (pedagógicos, médicos, morais, religiosos), percebemos que não estão cingidos por um modelo de leitura compulsória, o que de certo modo não implicava uma leitura “tutelada”, em “que os apresentaria como obrigatoriedade, mediados por comentadores, como o caso dos manuais religiosos ou os escolares”.⁶⁶ As práticas de leitura, neste contexto, sofreram significativas mudanças, tanto nos seus protocolos de leitura, como nas transformações sociais promovidas por esta prática. A primeira, “consiste no longo processo que leva um número crescente de leitores a passar de uma prática de leitura necessariamente oral, na qual ler em voz alta era indispensável para a compreensão do significado, para uma leitura visual, puramente silenciosa”, permitindo, assim possibilidades “de ler mais rapidamente, e, portanto, de ler mais e de ler textos mais

⁶² CAMBI, Franco. *História da educação*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 200.

⁶³ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 37.

⁶⁴ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

⁶⁵ ZILBERMAN, R.; MAGALHÃES, L. C. O lugar do leitor na produção e recepção da Literatura Infantil. In: KHÉDE, S. (org.) *Literatura Infanto-juvenil: um gênero polêmico*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986, p.12.

⁶⁶ STEPHANOU, M. *Bem viver em regras ...*, p. 38.

complexos”.⁶⁷ A segunda mudança indica que a leitura passou a ser não mais um privilégio da nobreza e da alta burguesia, mas também se tornou um meio capaz de suprir importantes lacunas acerca dos conhecimentos da própria língua, ampliando o alcance social da educação.

Cabe ressaltar que este texto não teve a pretensão de esgotar, ou mesmo, categorizar fechadamente as fontes utilizadas e mencionadas, pois como vimos, seus discursos conjugam diferentes saberes e conhecimentos. Outras fontes como biografias, diários, memórias, cartas, legislações, pareceres médicos, morais e religiosos, bem como as fontes iconográficas poderão servir como importantes ferramentas de análise para se cotejar com aquelas que foram apresentadas nesta pesquisa. Tal universo de fontes podem nos auxiliar a compreender os modos como as crianças foram pensadas, geradas, cuidadas, disciplinadas, cerceadas, doutrinadas a partir de uma fé, reguladas moralmente em espaços e tempos específicos.

Por fim, queremos ressaltar que neste texto nos propomos a apresentar um inventário, ainda que breve, da relação de obras – produtos da cultura escrita e que foram tomadas como tecnologias da subjetividade, operando efetivamente no processo de constituição de um sujeito infantil moderno – que se proliferavam em Portugal no século XVIII –, colocando a criança no centro de uma discursividade moderna que se instaurava no Reino e se propagava na sua principal colônia, neste mesmo período.

Fernando Cezar Ripe: Doutorando em Educação na Universidade Federal de Pelotas na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação. Membro do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE/UFPeI).

Giana Lange Do Amaral: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, bolsista produtividade PQ2 do CNPq, pesquisadora do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE/UFPeI).

⁶⁷ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo...*, p. 23-24.